



Informativo

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL DOS EMPREENDIMENTOS MARÍTIMOS DA PETROBRAS NA BACIA DE SERGIPE - ALAGOAS

ARACAJU - SE | AGOSTO DE 2019 | ANO 13, Nº 1

A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.



Petrobras realiza teste de longa duração para produção em águas ultraprofundas na costa de Sergipe

A instalação da plataforma de produção ocorre em setembro e o início do teste está previsto para novembro, com duração de seis meses



FPSO iniciará em novembro testes de produção em águas ultraprofundas na costa de Sergipe

A Petrobras está realizando operações para o teste de longa duração (TLD) do reservatório Farfan, localizado no litoral norte de Sergipe, a cerca de 100 km da costa. A atividade será realizada na concessão marítima conhecida como BM-SEAL-11, e consiste em três fases: instalação, produção e desativação.

A licença de instalação do empreendimento foi autorizada em fevereiro sob o número 1.260 / 2019. O IBAMA é o órgão federal que licencia o empreendimento. Para essa autorização, houve a necessidade de ajustar o cronograma, principalmente em função da limpeza do casco da embarcação Cidade de São Vicente, plataforma do tipo FPSO (capaz de produzir, armazenar e transferir óleo) a ser usada no TLD. Essa limpeza buscou a remoção da bioincrustação com coral-sol, espécie que apresentaria risco às espécies marinhas locais, conforme discutido na reunião pública sobre o empreendimento em dezembro de 2017.

Embarcações de apoio ao empreendimento

Para dar apoio às atividades relacionadas à fase de instalação, são utilizados diversos tipos de embarcação. Além daquelas envolvidas na instalação de equipamentos, linhas submarinas e demais componentes, haverá

outras responsáveis por abastecer o FPSO com os suprimentos necessários (alimentação, combustível, equipamentos, etc.) e transportar os resíduos gerados até a base de apoio.

São previstas 7 embarcações de apoio à instalação do empreendimento em operações simultâneas, na etapa de ancoragem, 4 embarcações na etapa de interligação de linhas, 1 embarcação FPSO na etapa de operação do TLD.

Projetos ambientais

Para o atendimento da Licença de Instalação, será executado o Projeto de Educação Ambiental para as tripulações de todas as embarcações que atuarão no TLD; o Projeto de Controle da Poluição, que assegura que todos os resíduos gerados seguirão as diretrizes e procedimentos de coleta, armazenamento e destino final; o Programa de Comunicação Social Regional, que esclarece as dúvidas sobre o empreendimento; e também o Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas, que já se encontra em execução para garantir que todas as embarcações e equipamentos utilizados não apresentavam coral-sol em sua bioincrustação ■

As fases do empreendimento



1

Fase de instalação

A fase de instalação começa com a ancoragem da embarcação Cidade de São Vicente e dos dutos submarinos que conectam o poço à plataforma. Finalizada essa ligação, são feitos vários tipos de testes para que a plataforma seja considerada apta a iniciar o teste.

Fase de produção

2



A fase de produção do teste propriamente dita deverá começar em novembro de 2019, mediante Licença de Operação a ser emitida pelo IBAMA. Nessa fase, a plataforma realizará atividades de processamento primário de produção, estocagem e transferência de óleo para navios aliviadores (que levam o óleo para o processo de refino). A produção média de óleo durante o TLD será de aproximadamente 6.000 barris de óleo por dia (bpd), com pico de 7.119 bpd, e produção de gás de 500.000 metros cúbicos por dia. Uma parcela do gás associado produzido será consumido como combustível no próprio FPSO e o excedente será conduzido ao sistema de tocha da unidade para queima controlada.



3

Fase de desmobilização

Já na fase de desativação, serão realizadas as seguintes etapas: lavagem das linhas do sistema de coleta e outras instalações submarinas; despressurização, drenagem, lavagem, inertização e limpeza das linhas; retirada de produtos químicos; desconexão das linhas do sistema de coleta interligadas à unidade e retirada das linhas; destinação adequada das linhas do sistema de coleta da unidade; abandono temporário do poço 3-SES-176D, que será desativado atendendo a critérios de segurança da ANP; desconexão do sistema de ancoragem do FPSO e das linhas flexíveis e retirada da unidade do campo de produção, destinando-a adequadamente.

Controle social dos royalties é debatido em evento realizado na Universidade Federal de Sergipe



Damião, representante dos pescadores do Baixo São Francisco, compartilhando relato sobre os Royalties da Usina de Xingó frente aos Modos de Vida das Comunidades

A importância do controle social dos royalties foi o tema do “II Seminário para o Controle Social dos Royalties de Sergipe”, realizado nos dias 29 e 30 de agosto no auditório da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS), no município de São Cristóvão.

O evento é uma realização do Observatório Social dos Royalties (OSR), projeto integrante do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), e reuniu representações de povos e comunidades tradicionais de diferentes regiões dos estados de Sergipe e Bahia, além de professores, estudantes, pesquisadores, além de analistas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e profissionais da Petrobras.

Os diálogos foram conduzidos a partir da mesa “O controle social dos royalties como instrumento de luta pelos territórios de vida dos povos e comunidades tradicionais em Sergipe”, com a presença dos profissionais que atuam no Observatório, além da analista do Ibama, Cecília Barbosa.

Para Cecília, o contexto atual pelo qual passa o Brasil é oportuno e propício para o fortalecimento da pauta ambiental. “O meio ambiente é uma pauta que está ganhando cada vez mais proporção perante a opinião pública brasileira, principalmente devido às recentes queimadas e ao desmatamento na Amazônia. Isso nos mostra o quanto é preciso refletir,

debater e propor políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais. Só podemos garantir que os royalties sejam destinados a serviços e políticas que garantam saúde, educação, emprego através de muita mobilização e organização comunitária”, disse Cecília. O coordenador geral do PEAC pela UFS, professor Eraldo Ramos Filho, destacou a importância da legislação ambiental brasileira como ação estratégica para a execução de Programas de Educação Ambiental crítica (PEAs) em defesa da vida nos territórios. “Desde a universidade pública, executamos esse projeto de pesquisa e extensão a partir da consciência de nossa função social, que é desenvolver um conhecimento científico profundamente articulado e comprometido com os processos concretos da sociedade. São processos que não dizem respeito aos objetivos gananciosos do capitalismo, mas sobretudo de fortalecer as formas de uso das terras, das águas, das matas para a reprodução da vida”, ressaltou Eraldo.

Geopolítica do petróleo

Com o tema “Geopolítica do petróleo, transformações recentes no mercado de petróleo e gás no Brasil e os impactos socioespaciais sobre comunidades tradicionais”, a segunda mesa redonda do seminário contou com a condução do pesquisador Roberto Moraes Pessanha, do Instituto Federal Fluminense (IFF) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e do economista Ricardo Lacerda.

Eles buscaram aprofundar o debate sobre o assunto e desmistificar os discursos econômicos que usam as expressões como “desenvolvimento



Roberto Pessanha falando sobre as dimensões geopolíticas, econômicas, territoriais e infraestrutura do petróleo

e econômico” e “diversificação econômica” como necessariamente positivos. Considerado um dos maiores especialistas brasileiros sobre circuitos espaciais de petróleo, Roberto Moraes apresentou elementos para a compreensão das dimensões geopolíticas, econômicas, territoriais e infraestruturais do petróleo.

“O petróleo lubrifica o capitalismo, já dizia o alemão Elmar Altvater. É a mercadoria lícita mais comercializada no mundo inteiro, pois é a que gera mais lucro e produz mais riqueza, além de estar mais relacionada à demanda do que ao custo de produção. Antes mesmo de falarmos sobre globalização, ele sempre possuiu características globais, pois circula no mundo inteiro sob a forma de derivados, combustíveis e petroquímicos. Por isso é tão disputado”, explicou o pesquisador do IFF/UERJ.

“

Acreditamos que esse evento é de suma importância para estimular formas de controle social das rendas petrolíferas para que sirvam para garantir direitos às populações.”

Christiane Campos
Universidade Federal de Sergipe

Território livre

No dia 30, a mesa “Trocando saberes - fortalecendo as lutas pelo controle social dos royalties e os territórios de vida das comunidades costeiras” debateu as contradições do processo de desenvolvimento nas diferentes regiões em que as comunidades vivem e as formas de luta e resistência que podem ser fortalecidas com o controle social. A discussão teve a participação de representantes dos Grupos de Trabalho (GTs) do Observatório Social dos Royalties (OSR), do povo Mapuche, da Argentina, e lideranças de povos e comunidades tradicionais de Sergipe.

O impacto da implementação de grandes empreendimentos nos territórios dos povos e comunidades tradicionais foi relatado e debatido pelos participantes, como destacou Mary Almeida, presidente da Associação dos Tototós e Canoeiros da Barra dos Coqueiros, do município de Barra dos Coqueiros, que integra a Bacia Hidrográfica dos rios Sergipe e Japarutuba. “Há mais ou menos 30 anos, não é possível navegar pelos rios por causa da falta de políticas públicas. Quando a ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros saiu, eu vi meu pai chorar na mesa. Ele disse que não sabia se poderia mais sustentar a família, porque a ponte afetou financeiramente a vida desses canoeiros. Estamos vendo nossos rios morrendo e já não chegamos a quase nenhum lugar por falta da navegabilidade”, afirmou Mary.

“Tem muito dinheiro de royalties, enquanto tem gente morando em casa de taipa, gente que não tem remédio de diabetes, porque eles não trazem. O posto de saúde está fechado tem cinco anos. Tem muita mãe de família passando fome e eu não vejo motivo para tanta gente passar fome com tanto dinheiro de royalties”, complementou Maria das Dores, moradora do povoado Santa Isabel, localizado no município de Pirambu, e membro do GT do OSR.

Royalties

Todos os meses, as empresas responsáveis pela extração de petróleo em território brasileiro pagam uma quantia mensal à União que é repassada aos estados e municípios produtores de petróleo e gás natural como compensação pela extração de um recurso não renovável. A essa quantia dá-se o nome de royalties. A legislação orienta o Poder Público a utilizar os royalties de maneira a investir em serviços essenciais de infraestrutura, de proteção ao meio ambiente e de diversificação à economia local. Na prática, as administrações municipais, estaduais e federais têm ampla liberdade para decidir como gastar esses recursos, incluindo pagamento de folhas salariais e dívidas. Grande parte da população não tem conhecimento da existência dos royalties e da importância do controle social sobre eles para atendimento às necessidades sociais.



Sara, participante do Grupo de Trabalho do Observatório Social dos Royalties em Pirambu, registrando momentos importantes do Seminário



Plenária, em momento lúdico de apresentação de peça teatral



Mary expondo sobre a relação do trabalho de Tototó com as expressões culturais da comunidade



Mesa de Abertura (da dir. para a esq.) Ibama, Petrobras, UFS, FAPES, OAB, MMS-CG



Gilberto Huilipan (ao microfone), porta-voz da Confederação Mapuche Neuquina (Ong), apontando a importância do protagonismo comunitário

O projeto Observatório Social dos Royalties (OSR) desenvolve ações para ampliar o debate sobre o controle social dos royalties na sociedade sergipana e, principalmente, estimular a participação da população na gestão desses recursos para promover a redução de desigualdades socioeconômicas.

De acordo com a coordenadora acadêmica do OSR e professora da UFS, Christiane Soares Campos, o seminário é uma oportunidade para ampliar o diálogo com a sociedade civil. “Os royalties representam um forte impacto na economia dos municípios. Dentro do papel do OSR, que é o de planejar e executar ações de educação ambiental crítica, acreditamos que esse evento é de suma importância para estimular formas de controle social das rendas petrolíferas para que sirvam para garantir direitos às populações e refletir de forma crítica sobre o desenvolvimento econômico que geram os royalties, mas também muita destruição da natureza”, afirma Christiane Campos ■



Ana Rute, representante do Movimento de Mulheres Marisqueiras e do Conselho Gestor do PEAC, na Mesa de Abertura



Das Dores (ao microfone), participante do Grupo de Trabalho do Observatório Social dos Royalties em Pirambu na Mesa sobre fortalecimento das lutas

“

Só podemos garantir que os royalties sejam destinados a serviços e políticas que garantam saúde, educação, emprego através de muita mobilização e organização comunitária.

Cecília Barbosa
Ibama

XI Encontro do PEAC debate legislação ambiental e reflexos nos territórios dos povos e comunidades tradicionais



Entre os dias 6 e 9 de junho de 2019, cerca de 98 representantes de 68 comunidades costeiras do litoral sergipano e parte do litoral baiano se reuniram em Aracaju para o XI Encontro do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (EPEAC). A defesa dos territórios dos povos e comunidades tradicionais foi o lema orientador dos diálogos e das ações realizadas coletivamente.

O evento contou com uma variedade de representações, com a presença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), representações do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS), Conselho Gestor do PEAC, Petrobras e Universidade Federal de Sergipe (UFS), executora do programa. Além destes, também estiveram presentes representações de movimentos feministas urbanos e rurais, movimentos quilombolas, de povos de terreiros, agricultores, camponeses, assentados da reforma agrária, entre outros que têm sua atuação a partir de identidades territoriais que expressam a produção cotidiana da vida.

A analista do Ibama, Cecília Barbosa, participou da mesa de abertura. Ela celebrou a pluralidade de povos e comunidades tradicionais para dialogar sobre os conflitos e as potencialidades dos territórios. “O PEAC tem muita história para contar e essas histórias emergem na oportunidade dos encontros. O projeto já é realizado há bastante tempo e podemos destacar imensos ganhos para as comunidades. É nesses momentos que sentimos que vamos conseguir ser resistência e ser construção para que a gente precisa nesse país”, disse Cecília.

Também na abertura, Geonísia Vieira, mais conhecida como Nice, falou em nome do MMS e de todos os outros movimentos sociais. Representante do povoado Muculanduba,

“

É andando em coletivo que a gente aprende a seguir caminhos. Foi através do movimento que pude conhecer o que era união, o que significava ser família sem ser minha família de sangue.

Geonísia Vieira
Movimento das Marisqueiras de Sergipe

em Estância, ela destacou a importância da organização coletiva para a defesa dos territórios. “Através do movimento eu cresci e passei a ter autonomia. É andando em coletivo que a gente aprende a seguir caminhos. Foi através do movimento que pude conhecer o que era união, o que significava ser família sem ser minha família de sangue. E é por isso que eu estou aqui compartilhando esse encontro com tanta gente de tantos lugares”, afirmou Nice.

Legislação ambiental e territórios de vida

As questões ambientais e os territórios de vida e resistência dos povos e comunidades tradicionais foram postos em debate durante a mesa “Questão ambiental: mudanças nas leis e rebatimentos nos territórios dos povos e comunidades tradicionais”, no sábado, 7 de junho.

O espaço foi conduzido por Eraldo Ramos, da UFS. Robério da Silva, coordenador da Associação Quilombola do Pontal da Barra (Barra dos Coqueiros/SE) e um dos coordenadores do Movimento Quilombola de Sergipe, apresentou uma série de impactos sentidos pelas comunidades tradicionais por conta da instalação de grandes empreendimentos



Léo (Elionice Sacramento), foi um dos principais destaques na discussão sobre a Questão Ambiental

econômicos. “Na minha comunidade existem cerca de 20 viveiros de camarão e nós somos os principais atingidos, pois para eles é melhor expulsar e esmagar famílias de seu local do que perder milhões. É muito fácil dizer que basta o pescador ir para outro local, mas se esquecerem que o local de moradia do pescador também é o local de trabalho”, afirmou.

Os representantes do Fórum de Comunidades Tradicionais da Região da Bocaina (FCT Bocaina), que envolve os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, nos litorais do Rio de Janeiro e São Paulo, Wagner Nascimento e

Marcela Cananéa, também foram convidados a compartilhar sua vivência no XI EPEAC. Eles falaram sobre a importância da criação do fórum na sua região, que agora completa 10 anos de fundação. “O ‘desenvolvimento’ custa a nossa natureza, custa a nossa cultura”, afirmou Marcela Cananéa sobre o impacto da construção da BR-101 e dos grileiros nos territórios dos povos tradicionais Caiçaras.

Elionice, do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, abordou questões de identidade e valorização dos territórios de vida. “A sociedade tem feito a gente rejeitar o que é nosso, e se a gente não valoriza o lugar que a gente vive, nossas águas, nossos rios, o capital vai chegar lá”, disse. Ela também reforçou a importância da voz dos pescadores. “Ninguém sabe mais fazer análise de conjuntura do que nós, pescadores, que analisamos o tempo e o vento”, refletiu.

O encontro contou ainda com a participação do professor Cristiano Ramalho, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pesquisador sobre populações tradicionais pesqueiras. Ele destacou a importância da organização dos movimentos sociais no atual contexto sociopolítico.

Abordagem poética

As condições de vida e o cotidiano desses povos também foram poeticamente abordadas durante todo o XI EPEAC. A inspiração para a condução dos diálogos ficou a cargo de uma instalação artístico-pedagógica, ferramenta amplamente utilizada por diversos movimentos sociais para fortalecer a integração dos diferentes saberes e a troca de experiências sobre os modos de vida. No centro da roda, elementos representativos das culturas dos territórios foram dispostos pelas mesmas mãos que cuidam da terra e que jogam a rede no mar para garantir o alimento. Redes de pesca, bandeiras, óleo de coco, bonecas de pano e outros objetos produzidos nos territórios se mesclaram a poemas e cantorias ancestrais dos locais de moradia e de trabalho dos participantes.

Ameaças e resistências dos territórios de vida Os participantes do encontro expuseram casos de conflitos e ameaças aos seus modos de vida e dialogaram sobre as estratégias de luta pelo protagonismo e pela permanência das comunidades em seus territórios. “Sem território, as comunidades tradicionais não têm vida. Nós só estamos aqui porque lutamos e precisamos nos juntar mais para lutar, e nossa contribuição é no sentido de se juntar, somar forças. Chegamos em Sergipe e foi muito importante ver os povos de várias comunidades, fortalecer o fazer político, pensar. Quem fala por nós somos nós. E é importante sair dessa condição de objeto de trabalho, de pesquisa, e temos mudado isso fazendo nós mesmos as pesquisas sobre nós”, emocionou-se Wagner Nascimento, do FCT de Bocaina.



Vaguinho (Wagner Nascimento), Coordenador do Fórum de Comunidades Tradicionais e Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis de Bocaina



Momento de partilha de vivências comunitárias, durante a Instalação Artístico-Pedagógica

Veja como foi a V Feira Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais



Realizada nas noites de 7 e 8 de junho, no Oceanário de Aracaju, a V Feira Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais compôs a programação do EPEAC. A feira funcionou como um encontro cultural com o objetivo de expor a riqueza dos territórios costeiros através da gastronomia, arte, música e dança.

O evento contou com exposição e comercialização de produtos das 68 comunidades participantes do encontro. Licores, cocadas, mariscos, artesanatos e bijoias foram feitos pelas mãos das marisqueiras, catadoras de mangaba, pescadores, camponeses e camponesas.

A programação musical teve o Forrodo Vini Sound System, a sanfoneira Karmen Korreia e o Samba de Coco do Mosqueiro, com a participação de Madá e Adelaide, além da Quadrilha Rosa dos Ventos, Robson do Rojão, DJ Grau e Batucada Improviso do Quilombo Ponta de Areia. O público presente também pôde conferir a apresentação do Grupo de Teatro Raízes Nordestinas e apresentações de espadas entre as atrações ■



Cátia Raimunda, artesã, membro do MMS e do CG do PEAC expõe na Feira Cultural

Navio-sonda realiza campanha exploratória até primeiro trimestre de 2020 no litoral de Sergipe

O navio-sonda NS-31 realiza, até o primeiro trimestre de 2020, atividades exploratórias na Bacia Sergipe-Alagoas. A campanha ocorre no litoral norte de Sergipe, entre 20 e 100 quilômetros da costa, e tem como objetivo um conhecimento mais amplo de reservatórios já perfurados e que indicaram a presença de óleo e gás.

O navio já realizou, entre novembro de 2018 e janeiro de 2019, completção de poço no reservatório Farfan, que passará este ano por teste de longa duração (ver matéria nesta edição). Na etapa atual, o navio-sonda fará atividades de perfuração complementares nos reservatórios conhecidos como Moita Bonita e Poço Verde, ambos localizados no bloco marítimo BM-SEAL-4. A Licença de Operação foi emitida pelo IBAMA sob o número n° 901/2010.

Para a atividade atual, o IBAMA exigiu a implementação do Projeto de Avistagem da Biota Marinha e Embarcações Pesqueiras com o objetivo de:



- ▶ Identificar e registrar a fauna marinha local, em especial as espécies endêmicas, ameaçadas de extinção, raras e de interesse comercial, e seu comportamento perante a presença do navio-sonda

- ▶ Identificar, registrar e classificar, por arte de pesca e espécie alvo, as embarcações que se aproximem do navio.

Até o momento, o monitoramento das embarcações resultou num registro de 53 embarcações, das quais 41% estão registradas em Sergipe e utilizam como principal arte de

pesca a linha de mão/corrico em busca das espécies atum, albacora, bonito e dourado. A quase totalidade (97%) das embarcações monitoradas estavam dentro da área de exclusão de 500 metros exigida pela Marinha, o que serve de alerta para aqueles que têm capacidade de navegar nessas rotas marítimas por questões de segurança ■



TELEFONES ÚTEIS

0800 Petrobras
(Ligação gratuita)

Sergipe ou Bahia
0800 079 3434

Alagoas
0800 082 3434

Escritórios da Petrobras em Aracaju, SE

(79) 3212 2228
(79) 3212 2255

launseal@petrobras.com.br

Linha verde IBAMA

(Ligação gratuita)

Central de atendimento
0800 61 8080

O informativo dos empreendimentos marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe - Alagoas é uma publicação do Programa de Comunicação Social Regional (PCSR), medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Petrobras

Unidade de Operações de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas
Responsável pela publicação: Ricardo Leal Costa Santos, CONRERP 309 - 7ª Região

Fotografias de Annelise Rodrigues (II Seminário para Controle Social dos Royalties de Sergipe) e Núcleo de Educomunicação Sociambiental do PEAC (XI Encontro do PEAC).

Rua Acre, 2504, Bloco F, Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49.080-010
(79) 3212-2228 | launseal@petrobras.com.br
Tiragem: 5.000 exemplares